

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Larissa Avelino da Silva
(Faculdade de Mato Grosso do Sul)

Nathalia Patricia Figueroa Cortez Xavier
(Faculdade de Mato Grosso do Sul)

Introdução

O presente trabalho vem com a intenção de discutir e elencar ações que levem toda a comunidade escolar a desenvolver uma gestão democrática participativa. Foi a partir dessa visão que se criou a seguinte problemática: Como desenvolver uma gestão democrática e participativa no ambiente escolar?

A Gestão Democrática está estabelecida na coordenação de atitudes e ações que sugerem a atuação social, ou seja, a corpo social escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários), devendo este ser considerado sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

De acordo com Libâneo (2008), a participação é o meio fundamental para garantir a gestão democrática da escola, uma vez que proporciona o envolvimento de profissionais e a comunidade no processo de tomada de decisões, bem como no conforme funcionamento da organização escolar. Dessa forma, proporciona melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, favorecendo, assim, uma proximidade mútua entre educadores, alunos, pais e comunidade. A este respeito discorre Libâneo (2008)

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas

autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação (LIBÂNEO, 2008, p. 102).

A gestão escolar participativa é fundamental para melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade e atualidade, aumentar o profissionalismo do professor, motivar o apoio da comunidade e desenvolver objetivos relacionados a comunidade.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996, p.1).

Além da LDB, a gestão democrática participativa vem sendo amparada também pela Constituição Federal (CF 05/10/1988) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei n. 10.127, 09/01/2001). Segundo Dalberio (2008), a gestão vem hoje como uma nova forma de administrar a realidade, sendo por si só democrática quando traduz a ideia de comunicação através de uma participação coletiva. A mesma ainda afirma que a democracia assume papel de responsabilizar todos àqueles que participam das tomadas de decisões dentro do contexto escolar. Sendo assim afirma,

a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a *participação da comunidade*, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. É preciso fazer com que a gestão democrática se realize concretamente na prática do cotidiano escolar. (DALBERIO, 2008, p. 3).

Lück (2006) reflete sobre algumas questões importantes para fazer com que gestores e docentes pensem num ambiente democrático e participativo. São questões que levam grupos de gestores a refletirem sobre as bases da gestão, norteando seus trabalhos de forma conjunta

e integrada, e fazendo assim, com que todos contribuam de forma efetiva na a criação de um Projeto Político Pedagógico democrático.

Não podemos deixar de mencionar a importância dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas para a concretude de um ambiente mais democrático. Veiga (2008) declara ser o PPP um objeto de estudo Municipal, Estadual e Nacional que busca a melhoria do ensino e a construção do mesmo deve ser “entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo” (VEIGA, 2008, p. 11). Afirma também ser fundamental a escola estabelecer boas relações com o sistema de ensino, para que este lhe propicie condições de trabalho adequadas, porém não se deve estar sempre no aguardo de que as esferas administrativas tomem a iniciativa, devendo a escola assumir o controle das situações lá vivenciadas. Sendo assim, o PPP é fundamental para que o ambiente escolar esteja em constantes mudanças democráticas e com intensa participação da comunidade. Ainda citando Veiga,

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2008, p. 13).

Além de todo o envolvimento da comunidade interna da escola, para se apresentar um ambiente efetivamente democrático deve-se também buscar participação ativa e frequente da comunidade externa desta escola. Hora (2013) afirma ser fundamental a conexão entre a escola e a comunidade ao seu redor, de modo que todas as ações desenvolvidas pelo estabelecimento de ensino estejam voltadas às necessidades comunitárias. Assim “é preciso compreender as concepções de comunidade e as relações que a escola estabelece com seu contexto social imediato”. (HORA, 2013, p. 55). A seguir Dalberio (2008) discorre a respeito.

Para garantir a democracia exige-se a participação popular, a presença e intervenção ativa de todos. Não vale estar presente e somente ouvir e/ou consentir, é preciso aprender a questionar e a interferir. Exercendo verdadeiramente a cidadania, a população – pais, mães, alunos, professores, gestores e pessoal administrativo -, devem ser capazes de superar a tutela do poder estatal e de aprender a reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar. (DALBERIO, 2008, p. 4)

Em muitos lugares a escola é uma das poucas entidades organizadas das comunidades, assim, Hora (2008) nos remete ao posicionamento de que estas devem levar tais comunidades à uma melhora geral. Muitas vezes outras instituições utilizam a escola como meio de melhorar o meio comunitário e assim, estas comunidades devem exercer seus papéis políticos, exigindo seus direitos e sabendo exercer seus deveres.

Metodologia

Esse trabalho é permeado por uma pesquisa de campo em uma escola pública estadual do município de Campo Grande - MS, onde foram entrevistados dois gestores, sendo eles um coordenador e um diretor. Ambos foram questionados com o intuito de saber como exercem suas funções para garantir uma gestão democrática, sendo que desde a Constituição Federal garante-se uma gestão democrática.

A pesquisa de campo é importante para entender melhor a prática dos gestores que segundo Gonsalves (2001, p.67)

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Os gestores responderam um questionário com vinte perguntas, sendo dez para o coordenador e dez para o diretor, contendo ao total quatorze questões objetivas e seis questões dissertativas. A entrevista ocorreu entre os meses de março e abril de dois mil e dezoito.

Além das entrevistas, houveram também análises dos documentos escolares, como o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, e observação de toda equipe pedagógica, em especial os gestores.

Resultados e Discussões

A pesquisa de campo resume-se em entrevistas, onde pode se perceber a necessidade da família para os gestores exercerem suas funções e efetuar uma gestão democrática, pois na maioria das vezes os pais são convidados a comparecer a escola e nem sempre a solicitação é correspondida.

Segundo a coordenadora quando a família não tem contato, interesse em participar da vida escolar, o educando se torna indisciplinado tornando cada vez mais difícil tanto a relação entre gestores e educandos quanto a relação dos professores e educandos.

Considerações Finais

Todo o trabalho foi baseado em uma pesquisa qualitativa realizada em uma escola pública estadual no município de Campo Grande – MS, onde pode-se observar como gestores e comunidade escolar se portam em busca de um ambiente mais democrático.

Concluimos que para uma real gestão democrática e participativa é fundamental a participação de toda a comunidade escolar, sendo ela interna e externa. A comunidade escolar, gestores, pais e responsáveis, professores e educandos devem estar sempre participando de todas as tomadas de decisões, assim como a confecção do Projeto Político Pedagógico, de forma consciente e crítica, em busca de reais melhorias para o ambiente escolar.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília: SEED, 1998. ISBN

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. Revista Iberoamerica de Educación, LOCAL, n°47/3, p. 2-4, outubro 2008.

GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs). As dimensões do projeto político-pedagógico. 9ª edição. Campinas: Editora Parirus, 2012.